



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI

OFÍCIO-CIRCULAR N.º 5/2014 - DTI

Brasília (DF), em 14 de maio de 2014.

Ao(À): Sr.(a) Diretor(a) Comercial.
Assunto: Pesquisa de preços com vistas à aquisição de impressoras multifuncionais monocromáticas.

Prezado(a) Senhor(a),

A Divisão de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas do Distrito Federal está realizando estudo técnico objetivando a aquisição de **100 (cem) impressoras multifuncionais monocromáticas**, mediante Sistema de Registro de Preços, cujas especificações técnicas estão descritas no Anexo I deste expediente.

Com essa finalidade, faz-se necessária a coleta de propostas de preços de empresas do ramo, visando identificar o custo médio estimado da aquisição em tela, em atendimento ao que determina o inc. II do § 2º do art. 40 da Lei nº 8.666/1993, razão pela qual a presente comunicação é enviada a V. Senhoria.

Cumprе destacar que a seleção do fornecedor, na fase da licitação, contará com mecanismo de averiguação do custo de impressão por página, por essa razão solicita-se que V. Senhoria consigne os custos dos suprimentos do equipamento proposto, indicando a fonte de consulta dos preços que utilizou para composição do custos, informando, preferencialmente, preços de insumos praticados no fornecimento à Administração Pública, realizado nos últimos 12 meses, e, na sua falta, por preços ao consumidor final, praticados no mercado nacional, incluindo impostos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI

Assim, solicita-se, encarecidamente, o encaminhamento de proposta de preços, na forma do Anexo II, datada, assinada e com a validade mínima de 60 dias.

Atenciosamente,

CLÉRIO BORBA BRASIL
Divisão de Tecnologia da Informação
Diretor



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI

ANEXO I – TABELA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS OFÍCIO-CIRCULAR Nº 5/2014 – DTI

| 1. Tabela de Especificações Técnicas (Ofício-Circular nº 5/2014 – DTI) | |
|--|--|
| 1.1 | ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS |
| 1.1 | Descrição: aquisição de 100 (cem) multifuncionais monocromáticos, com tecnologia laser ou LED, mediante Sistema de Registro de Preços, com as características técnicas descritas a seguir. |
| 1.1.1 | Especificações gerais: <ul style="list-style-type: none"> a) impressão e cópia monocromática; b) digitalização colorida; c) memória interna mínima de 256mb; d) interfaces USB 2.0 e Rede (<i>ethernet</i>) 10/100; e) drivers compatíveis com Windows 7; f) monitor (<i>display</i>) de funções colorido; g) porta frontal USB 2.0 para digitalização em unidade de memória <i>flash (pen drive)</i>; h) alimentação de chaveamento automático (110-220v); i) vir acompanhada de suprimento de impressão para 15.000 páginas (considerando o rendimento em papel A4 ou Carta a 5% de preenchimento). |
| 1.1.2 | Funções de scanner: <ul style="list-style-type: none"> a) resolução ótica nativa 600 x 600 dpi; b) scanner de mesa em tamanho carta; c) alimentador Automático de Documentos (ADF) p/ até 50 folhas; d) velocidade de impressão simples, em tamanho A4, monocromática de 24 imagens por minuto (ipm); e) digitalização duplex (frente e verso) pelo ADF em única passagem; f) capacidade de digitalizar para unidade flash USB (<i>pen drive</i>), e-mail, ou unidade de rede. |
| 1.1.3 | Funções de impressão: <ul style="list-style-type: none"> a) velocidade de impressão simplex mínima de 40 páginas por minuto (ppm) em tamanho A4; b) tempo de saída da primeira impressão em modo pronto (<i>stand by</i>): igual ou inferior a 9s; c) resolução de impressão: 1200 x 1200 dpi; d) impressão duplex automatizada; e) possuir vida útil dos componentes de impressão de, no mínimo, 100.000 páginas; f) tecnologia de impressão laser ou LED; g) bandeja de papel com capacidade mínima de 250 folhas. |
| 1.1.4 | Funções de cópia: <ul style="list-style-type: none"> a) velocidade de cópia e impressão de até 40 ppm; b) cópia duplex automatizada; c) redução e/ou ampliação de cópia: 25 a 400%. |
| 1.1.5 | Função de fax: velocidade do modem: 33.6 Kbps. |
| 2. | MODELO DE FORNECIMENTO DO OBJETO E INSTRUMENTO DE AJUSTE |
| 2.1 | DO MODELO DE FORNECIMENTO DO OBJETO |
| 2.1.1 | Para fornecimento do objeto do presente instrumento, deverão ser observados os requisitos funcionais (especificações técnicas) aqui estabelecidos. |
| 2.1.2 | O fornecimento se dará de forma integral e imediata, observando as especificações e quantidades descritas na Nota de Empenho. |
| 2.2 | DO INSTRUMENTO DE AJUSTE |
| 2.2.1 | A CONTRATADA poderá ser compelida a firmar termo específico com o CONTRATANTE, no qual se estipulará cláusulas e condições específicas ao cumprimento das obrigações mútuas. |
| 2.3 | DO LOCAL DE ENTREGA |
| 2.3.1 | Os bens deverão ser entregues no Serviço de Suporte ao Usuário Final, sito na Praça do Buriti, 1º andar do Edifício Anexo do TCDF, fones: (61) 3314-2275 ou 3314-2762, fax: (61) 3314-2636, e-mail: |



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI

1. Tabela de Especificações Técnicas (Ofício-Circular nº 5/2014 – DTI)

dti@tc.df.gov.br, no horário regimental do TCDF, compreendido de 11h as 19h.

3. MECANISMOS DE GESTÃO CONTRATUAL

3.1 PAPEIS E RESPONSABILIDADES

3.1.1 Para a execução do ajuste, será implantado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define o CONTRATANTE como responsável pela gestão do contrato e pela verificação de aderência dos produtos e serviços entregues aos padrões de qualidade exigidos; e a CONTRATADA como responsável pela execução dos serviços e gestão dos recursos humanos necessários.

3.1.2 A execução dos serviços contratados pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

a) Fiscal do Contrato: é o servidor ou comissão de servidores designados pelo CONTRATANTE, responsável(eis) pelo acompanhamento e pela fiscalização técnica da execução contratual e, ainda, pela verificação dos resultados pretendidos e pelo recebimento definitivo do objeto;

b) Preposto: funcionário representante da empresa CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal com o CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual, bem como realizar a abertura de atendimento junto à assistência técnica durante o período de vigência da garantia;

c) Técnico de suporte: funcionário da empresa de assistência técnica especializada, habilitado junto ao fabricante do equipamento, responsável por reoperacionalizar e/ou substituir os componentes defeituosos, emitir relatórios de inspeção, ordens de serviço descritiva e, ainda, responsável pela retirada de equipamentos, sem prejuízo de outras atividades afetas à garantia.

3.2 DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

3.2.1 Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, mediante Nota Fiscal devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

3.2.2 Receber o objeto do contrato e atestar a Nota Fiscal/Fatura.

3.2.3 Exercer a fiscalização dos serviços prestados.

3.2.4 Informar à CONTRATADA, oficialmente, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.

3.2.5 Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, para a execução dos serviços.

3.2.6 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes, que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seu preposto.

3.3 DEVERES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

3.3.1 Fornecer o objeto desta contratação, de uma única vez, atendendo aos prazos e às especificações aqui estabelecidas e a quantidade indicativa na Nota de Empenho.

3.3.2 Prestar suporte técnico aos produtos objeto deste instrumento, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, na modalidade on site, contados a partir da data do recebimento definitivo (efetiva de entrega e comprovação técnica de funcionamento dos equipamentos).

3.3.3 Arcar com os custos de fornecimento de componentes para reoperacionalização de equipamentos durante a garantia.

3.3.4 Substituir equipamentos defeituosos, em razão da garantia.

3.3.5 Manter os seus empregados ou prepostos devidamente identificados, por meio de crachá e uniforme, quando em trabalho nas dependências do Tribunal.

3.3.6 Indicar profissional para, sem prejuízo de suas atividades, atuar como preposto.

3.3.7 Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do Tribunal ou de terceiros, quando tenham sido causados por seus empregados ou prepostos durante o fornecimento do objeto ou prestação da garantia.

3.3.8 Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante o período de vigência contratual.

3.3.9 Guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em razão da execução dos serviços contratados ou da relação contratual mantida com o Tribunal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI

1. Tabela de Especificações Técnicas (Ofício-Circular nº 5/2014 – DTI)

3.3.10 Acatar as recomendações e solicitações efetuadas pela fiscalização do contrato, atinentes ao atendimento desta contratação.

3.4 DA FISCALIZAÇÃO

3.4.1 A fiscalização e o controle da execução dos serviços serão exercidos por comissão ou servidor do TCDF, legalmente habilitado e designado para desempenhar esta função, com poderes para praticar quaisquer atos que se destinem a preservar os direitos do CONTRATANTE. A comissão ou servidor deverá franquear à CONTRATADA livre acesso aos locais de execução dos trabalhos, bem como aos registros e informações sobre o Contrato, além das atribuições elencadas no art. 2º da Instrução TCDF nº 3, de 22.12.1997.

3.4.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

3.4.3 Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização do CONTRATANTE:

3.4.3.1 Determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução dos serviços, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas; e

3.4.3.2 Sustar quaisquer serviços que estejam sendo realizados em desacordo com o especificado, ou ainda que possam atentar contra o sigilo de informações, a segurança de pessoas ou bens do CONTRATANTE.

3.4.4 O serviço rejeitado, seja devido ao uso de materiais ou peças inadequados, seja por ter sido considerado mal executado, deverá ser refeito corretamente, com o tipo de execução e o uso de materiais aprovados pela fiscalização, arcando a CONTRATADA com os ônus decorrentes do fato.

3.4.5 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato deverão ser autorizadas pela autoridade competente deste Tribunal em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

3.5 DOS PRAZOS E CONDIÇÕES

3.5.1 O prazo de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses, contados de sua assinatura, consoante o disposto no art. 57, I da Lei nº 8.666/93.

3.5.2 O objeto da presente contratação está previsto no Plano Plurianual do Distrito Federal (Lei Distrital nº 4.742/2011), encontrando-se no Programa de Trabalho nº “01.126.6005.1471.0005 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMÁTICA - TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL-PLANO PILOTO”.

3.5.3 No valor unitário dos equipamentos apresentados na proposta de preços deverá estar contemplada a garantia/assistência técnica, na modalidade on site, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, conforme trata o subitem 3.6 a seguir, a contar da data do recebimento definitivo dos equipamentos.

3.5.4 O pagamento dos equipamentos, objeto do instrumento contratual, será feito de forma única e integral, após a emissão do termo de recebimento definitivo dos mesmos.

3.5.5 O prazo de entrega do objeto deste instrumento será de até 30 dias, contados da assinatura do contrato, que deverá ocorrer em uma única vez, de acordo com a quantidade indicativa no Contrato.

3.5.6 O prazo da garantia para os produtos e serviços, fixado no item 3.6 a seguir, é independente do prazo de vigência contratual.

3.6 DA GARANTIA DOS SERVIÇOS / FORNECIMENTO

3.6.1 Os equipamentos deverão contar com cobertura de garantia, na modalidade on site, pelo período de 36 meses, contados a partir da data de recebimento definitivo, incluindo a mão de obra e atendimento no local.

3.6.2 A empresa licitante deverá apresentar declaração direcionada ao TCDF onde conste que os equipamentos propostos são novos e possuem suporte técnico credenciado pelo fabricante na cidade do CONTRATANTE, informando o nome, endereço e telefone da(s) empresa(s) autorizada(s) que prestará(ão) serviços gratuitos de manutenção, durante o período de garantia.

3.6.3 Nesse caso, a CONTRATADA deverá declarar solidariedade com todos os atos praticados pela(s) empresa(s) de serviço técnico autorizado. Caso não indique a empresa na proposta técnica, deverá fazê-lo até a assinatura do contrato.

3.6.4 Se, em qualquer momento da vigência do contrato, o TCDF identificar qualquer problema com o atendimento prestado pela(s) empresa(s) de serviço técnico autorizado, fica a CONTRATADA obrigada a substituí-la(s) por outra(s), no prazo de 30 dias corridos a contar da notificação pelo TCDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI

1. Tabela de Especificações Técnicas (Ofício-Circular nº 5/2014 – DTI)

- 3.6.5 A mudança da empresa prestadora do serviço por iniciativa da CONTRATADA deverá ser comunicada ao TCDF com antecedência mínima de 30 dias corridos.
- 3.6.6 A empresa fornecedora do equipamento deverá dispor de um número telefônico para suporte e abertura de chamados técnicos.
- 3.6.7 A CONTRATADA deverá atender ao chamado de assistência técnica no prazo máximo de 2 dias úteis.
- 3.6.8 A CONTRATADA deverá reoperacionalizar o equipamento ou componente com problema no prazo máximo de 5 dias úteis após o início do atendimento.
- 3.6.9 Caso não seja possível cumprir o prazo estabelecido no item anterior, a CONTRATADA deverá substituir o equipamento ou componente defeituoso por outro, em caráter provisório (backup), mediante autorização e no prazo estabelecido pelo TCDF.
- 3.6.10 Todo equipamento ou componente defeituoso deverá ser substituído por outro novo e de igual marca e modelo, sem custo para o CONTRATANTE, a menos que o TCDF autorize a troca por outra marca e/ou modelo.
- 3.6.11 No caso de backup, o TCDF poderá autorizar instalação de equipamento ou componente usado e/ou de características diferentes daquelas do equipamento objeto do chamado de assistência técnica, desde que não sejam comprometidas as funções nele executadas.
- 3.6.12 A garantia cobrirá igualmente todos os componentes instalados e eventualmente trocados pela empresa indicada.
- 3.6.13 As peças instaladas em substituição serão garantidas contra defeitos de fabricação pelo prazo restante da garantia ou por 90 dias, o que for maior.
- 3.6.14 A CONTRATADA poderá identificar cada componente trocado pelos meios que achar necessários para evitar dúvidas em relação à origem de cada peça do equipamento.
- 3.6.15 Todas as despesas de frete, seguros, testes, ensaios, reinspeção e outras que recaiam sobre os equipamentos enviados para o conserto, ou para substituição que estejam cobertos pela garantia, serão suportados pela CONTRATADA.
- 3.6.16 A garantia só poderá ser revogada em caso de acidente, mau uso ou transporte inadequado, causado pelo TCDF e apenas para o componente afetado.
- 3.6.17 Essa garantia exclui os defeitos ocorridos por sobretensão resultante de descarga atmosférica (raios), conexões a tensões incorretas e outros eventuais que impliquem uso incorreto.
- 3.6.18 Estão excluídos da garantia geral do equipamento (36 meses) os seguintes componentes, considerados como suprimentos: cartucho do toner, caixa coletora do toner, cilindro, fusor e unidade de transferência. Entretanto, para cada um desses componentes, o fornecedor deverá indicar um prazo de garantia compatível com sua vida útil.
- 3.6.19 Os custos com a reparação dos defeitos não cobertos pela garantia correrão por conta do CONTRATANTE, que deverá realizar com empresa de manutenção autorizada do fabricante, sem ocasionar a invalidação da garantia estabelecida.
- 3.6.20 Onde for citado, é considerado dia útil aquele com expediente normal no TCDF.
- 3.7 DO RECEBIMENTO DO OBJETO**
- 3.7.1 O objeto contratado será recebido por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante recibo, após o decurso do prazo de até 5 (cinco) dias de observação que comprove sua adequação aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.7.2 Em caso de conformidade, o servidor ou comissão liberará o pagamento e emitirá o aceite definitivo do objeto.
- 3.7.3 Qualquer desconformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor ou comissão, acarretará o não recebimento. O servidor ou comissão discriminará em termo circunstanciado, em 2 (duas) vias, as irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA com o recebimento de uma das vias para as devidas providências, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis.
- 3.7.4 À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, submetendo à nova verificação o objeto impugnado, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis.
- 3.7.5 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança com relação ao objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI

1. Tabela de Especificações Técnicas (Ofício-Circular nº 5/2014 – DTI)

dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

3.7.6 No caso de bens importados, deverão ser comprovadas sua origem e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, comprovações estas que deverão ser apresentadas no momento de sua entrega, sob pena de rescisão contratual e multa.

3.8 DO PAGAMENTO

3.8.1 Ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal que, após a devida atestação e regular liquidação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

3.8.2 Nos termos do Protocolo ICMS 42, de 03.07.2009, os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE – descritos no Anexo Único do referido Protocolo, deverão utilizar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/05, de 30.09.2005, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas naquele Protocolo.

3.8.3 O Microempreendedor Individual (MEI) está dispensado da emissão da NF-e.

3.8.4 Para que seja efetivado o pagamento deverá ser verificada a regularidade da empresa perante a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), a Secretaria da Receita Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros), a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/CEF) e a Fazenda Pública Federal. Nesse sentido, é necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos (cópia autenticada em cartório ou acompanhada de original), emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as apresentadas na habilitação estejam vencidas.

3.8.5 Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do CONTRATANTE.

3.8.6 Caso o CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado, pagará à CONTRATADA atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.

3.8.7 Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retido na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

3.8.8 Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA, caso o(s) fornecimento(s) seja(m) rejeitado(s) pela fiscalização do contrato, devendo esse(s) ser(em) substituído(s) ou corrigido(s) pela CONTRATADA de modo a obter a aprovação da fiscalização, quando for o caso.

3.9 DA GARANTIA CONTRATUAL

3.9.1 Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/1993.

3.10 DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

3.10.1 Para a execução do objeto descrito neste instrumento, serão utilizados os seguintes mecanismos de comunicação:

- a) telefone indicado pela CONTRATADA para suporte e abertura de chamados técnicos no período da garantia;
- b) meio eletrônico (e-mail ou outro sistema web) com confirmação de recebimento, para abertura de chamados de assistência técnica e outras finalidades;
- c) ofícios, fac-símile e outros meios formais de comunicação.

3.10.2 A CONTRATADA deverá indicar formalmente um preposto apto a representá-la junto ao CONTRATANTE, o qual deve responder pela fiel execução dos serviços contratados, orientando os técnicos de manutenção que prestarão os serviços de suporte técnico autorizado durante o período da garantia.

3.10.3 Para evitar que o CONTRATANTE fique eventualmente sem acesso ao preposto, deverá ser indicado um substituto.

3.10.4 É vedada a indicação de pessoas estranhas ao quadro funcional da CONTRATADA para desempenharem a função de preposto.

3.10.5 Para informar o descumprimento de alguma norma pela CONTRATADA, será utilizado o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI

1. Tabela de Especificações Técnicas (Ofício-Circular nº 5/2014 – DTI)

envio de ofícios escritos, para ciência e providências.

3.10.6 O uso de mensagens eletrônicas (e-mail) também poderá ser utilizado para acelerar a comunicação entre as partes. Dentre as inúmeras situações que serão privilegiadas o uso de e-mail, inclui-se a abertura de chamados de assistência técnica, encaminhados ao preposto da CONTRATADA, o qual confirmará seu recebimento em até 4 horas úteis.

4. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o ajuste, deixar de entregar documentação exigida em edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Distrito Federal, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

4.2 Pela inexecução parcial/total do ajuste, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA multa de 15% (quinze por cento) do valor inadimplido do contrato.

4.3 Será configurada a inexecução total do objeto, quando: a) houver atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias após o término do prazo fixado para a entrega do objeto, sem que qualquer parcela do objeto tenha sido entregue; b) todo o fornecimento não for aceito pela fiscalização por não atender às especificações.

4.4 Em caso de descumprimento dos prazos aqui estabelecidos, poderá ser aplicada à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,20% por dia de atraso sobre o valor do fornecimento, não ultrapassando o limite de 10% sobre este valor. A multa prevista neste item será calculada considerando-se os dias consecutivos a partir do dia útil imediatamente subsequente ao do vencimento.

4.5 O CONTRATANTE poderá, ainda, utilizar-se da sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei nº 8.666/1993, aplicada ao pregão subsidiariamente.

4.6 As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal poderão ser aplicadas à CONTRATADA, juntamente com a multa administrativa prevista acima.

4.7 No caso de aplicação de multa, será observado o limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para cobrança, exceto quando for necessária, além da referida multa, a aplicação de uma das penalidades prevista neste tópico.

4.8 As multas tratadas neste tópico serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE, ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente do CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

4.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

5. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1 DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1.1 Propõe-se que seja adotado o critério de menor preço (global) para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade aqui definidos.

5.1.2 Os bens a serem adquiridos enquadram-se na categoria de bem / serviço comum, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/2005, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, serem contratados por meio de Pregão, na forma eletrônica.

5.1.3 O preço cotado deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta contratação, inclusive os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal do fornecedor, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo fornecedor.

5.2 DA MARGEM DE PREFERÊNCIA

5.2 Terminada a etapa de lances, serão aplicadas as margens de preferência normal e/ou adicional de que trata o Decreto nº 8.184/2014 para classificação das propostas.

5.2.1 Será concedida a margem de preferência normal de 10% (dez por cento) para o licitante que declarar durante a fase de cadastramento das propostas que o produto atende ao Processo Produtivo Básico



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI

1. Tabela de Especificações Técnicas (Ofício-Circular nº 5/2014 – DTI)

(PPB).

5.2.2 Será concedida a margem de preferência adicional de 10% (dez por cento) para o licitante que declarar durante a fase de cadastramento das propostas que o produto é manufaturado nacional e que atende os requisitos e os critérios definidos na Portaria Interministerial MDIC/MCTI n° 383, de 26 de abril de 2013.

5.2.3 As microempresas e empresas de pequeno porte que atendam ao disposto nos subitens anteriores terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às médias e grandes empresas.

5.2.4 O produto que não atender ao PPB ou cujo licitante não apresentar cópia de um dos documentos discriminados no subitem 5.2.8 abaixo, será considerado como produto manufaturado estrangeiro.

5.2.5 A margem de preferência normal e/ou adicional de 10% (dez por cento) será aplicada sobre o menor preço ofertado de produto manufaturado estrangeiro mediante a utilização da fórmula abaixo:

$$PM = PE \times (1 + M)$$

Onde:

PM = preço com margem;

PE = menor preço ofertado do produto manufaturado estrangeiro;

M = margem de preferência em percentual.

5.2.6 O preço ofertado para o produto manufaturado nacional será considerado menor que PE, sempre que seu valor for igual ou inferior a PM. O preço ofertado de produto manufaturado nacional será considerado maior que PE, sempre que seu valor for superior a PM.

5.2.7 As margens de preferência não serão aplicadas caso o preço mais baixo ofertado seja de produto manufaturado nacional.

5.2.8 O licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, cópia da portaria interministerial que atesta sua habilitação aos incentivos da Lei nº 8.248/1991, ou cópia da Resolução do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa que atesta sua habilitação aos incentivos do Decreto-Lei nº 288/1967.

5.2.9 Caso nenhuma empresa classificada venha a exercer o direito de margem de preferência, observar-se-ão as regras usuais de classificação e julgamento previstas no Edital.

5.3 DA HABILITAÇÃO

5.3.1 A habilitação parcial das licitantes será verificada por meio do SICAF.

5.3.2 A licitante que não atender às exigências de habilitação parcial no SICAF deverá apresentar documentos que as supram.

5.3.3 A licitante deverá apresentar, em plena validade, a seguinte documentação complementar:

I. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ou certidão(ões) que comprove(m) que a licitante forneceu para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do DF, ou ainda, para empresas privadas, objeto(s) semelhante(s) ao licitado. Deverá(ão) constar nas especificações do(s) aludido(s) atestado(s) ou certidão(ões) que o fornecimento compreendeu a prestação de garantia on site, prevista para um período mínimo de 36 meses, de forma satisfatória;

II. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

III. Declaração de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012;

IV. Termo de Compromisso de Sigilo sobre dados e informações obtidos em razão da execução dos serviços contratados ou da relação contratual que manterá com o Tribunal, cf. Anexo I;

V. Declaração que:

a) os equipamentos propostos são novos e possuem suporte técnico credenciado pelo fabricante na cidade do CONTRATANTE;

b) apresentará, previamente à assinatura do contrato, a relação de empresa(s) de suporte técnico autorizado que prestará(ão) serviços gratuitos de manutenção, durante o período de garantia, contendo, no mínimo, o nome, endereço e telefone dessa(s) empresa(s); c) de solidariedade com todos os atos que serão praticados pela(s) empresa(s) de serviço técnico autorizado.

5.3.4 A não apresentação do documento constante no inc. II do subitem anterior não implicará em inabilitação da licitante, salvo se não houver possibilidade de consulta do documento via Internet.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI

1. Tabela de Especificações Técnicas (Ofício-Circular nº 5/2014 – DTI)

5.4 DA ADEQUABILIDADE DO OBJETO OFERTADO

5.4.1 A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada a apresentar folders, catálogos ou fotos dos produtos oferecidos ou, ainda, indicar o site do fabricante para que sejam comprovadas as características do objeto ofertado.

5.4.2 A comprovação das características do objeto ofertado será feita com base em:

- a) proposta técnica;
- b) folheto(s) e/ou folder(es) técnico(s) do fabricante;
- c) informações obtidas no site do fabricante na Internet;
- d) amostra eventualmente fornecida, a critério da licitante.

5.4.3 Em caso de divergência(s), prevalecerão, em primeiro lugar, as informações obtidas com a amostra eventualmente fornecida, a critério da licitante; em segundo lugar, por informações fornecidas pelo fabricante, por carta ou e-mail; em terceiro lugar, aquelas obtidas no site do fabricante na Internet; finalmente, por meio de folheto(s) e/ou folders técnico(s) do fabricante.

5.4.4 Além das especificações técnicas, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá demonstrar o custo de impressão médio unitário do equipamento proposto, apresentando memória de cálculo na forma do Anexo II.

5.4.5 A licitante deverá ainda indicar a fonte de consulta dos preços que utilizou para composição do custo de impressão médio unitário do modelo ofertado.

5.4.6 A licitante deverá compor os custos de insumos com preços praticados no fornecimento à Administração Pública realizado nos últimos 12 meses e, na sua falta, por preços ao consumidor final, praticados no mercado nacional, incluindo impostos.

5.4.7 Será rejeitado o equipamento proposto que:

- a) apresentar divergência em relação às especificações técnicas;
- b) possuir custo de impressão médio por página superior ao estimado;
- c) apresentar divergência nos preços na memória de cálculo dos custos de suprimento de impressão em relação à fonte de consulta informada, ou ainda, discrepância em relação aos preços praticados no mercado nacional;
- d) apresentar qualquer tipo de falha durante o teste de uso, na amostra eventualmente fornecida, a critério da licitante.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI**ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**
OFÍCIO-CIRCULAR Nº 5/2014 – DTI

A **[NOME DA EMPRESA]**, CNPJ - _____, por meio de seu representante, vem apresentar proposta de preços relativa(s) à aquisição de 100 (cem) multifuncionais monocromáticos, com tecnologia laser ou LED, com as características técnicas descritas no Anexo I do Ofício-Circular nº 5/2014, para atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), conforme abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO | Qtd. | Valor Unitário | Valor Total |
|------|--|------|----------------|-------------|
| 1 | Impressora multifuncional monocromática, Marca/Fabricante: _____; Modelo/Referência: _____. | 100 | | |

Observações:

- 1) o custo de impressão médio por página do equipamento proposto é de R\$ _____ (p o r e x t e n s o), consoante visto na memória de cálculo apêndice desta proposta.
- 2) Prazo de validade da proposta: mínimo 60 (sessenta) dias corridos da data de sua assinatura.

Brasília (DF), em _____ de _____ de _____ .

Assinatura: _____
Nome do representante:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI

MODELO DO APÊNDICE DA PROPOSTA DE PREÇOS

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO CUSTO DE IMPRESSÃO MÉDIO POR PÁGINA

I. Identificação:

| | |
|--|--|
| Marca e Modelo do equipamento Proposto | |
|--|--|

II. Custos dos insumos:

| Insumos | Ciclo/Rendimento (C) | Valor unitário (R\$) (V) | Custo de Impressão por página $CI = \frac{V}{C}$ |
|-------------------------|----------------------|--------------------------|---|
| 1. Insumo 1 | (C1) | (V1) | |
| 2. Insumo 2 | (C2) | (V2) | |
| 3. Insumo 3 | (C3) | (V3) | |
| 4. Insumo 4 | (C4) | (V4) | |
| 5. Custo do equipamento | 100.000 | (V5) | |

Observações:

- a) o “Custo do equipamento” deve ser dividido pelo ciclo mínimo solicitado de 100.00 páginas, consoante informa a alínea ‘d’ do item 1.1.3 do Anexo I;
- b) os valores unitários descritos devem estar incluídos de impostos e outros custos indiretos, se houver (frete, por exemplo).

III. Memória de Cálculo:

$$\text{Custo de impressão médio por página} = CI1 + CI2 + CI3 + CI4 + CI5$$

IV. Fonte de consulta dos valores de insumos informados:

| Insumos | Fonte de consulta de preços |
|----------|-----------------------------|
| Insumo 1 | |
| Insumo 2 | |
| Insumo 3 | |
| Insumo 4 | |